

# FATOS NOVOS, NOVAS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Introdução à *A Sociedade Estatal e a Tecnoburocracia*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981: 9-16. (escrita em Setembro de 1980).

O século XX vem sendo marcado pela emergência de uma nova classe social, a tecnoburocracia, e de um novo modo de produção, o estatismo. Este novo modo de produção tornou-se dominante em sociedades como a soviética e a chinesa. Nessas sociedades as bases clássicas do capitalismo foram eliminadas — capital, burguesia, apropriação privada do excedente via mais valia, generalização da mercadoria — mas não se definiu um modo de produção socialista, efetivamente igualitário e democrático. De fato, nessas formações sociais a sociedade tornou-se estatal. A clássica distinção burguesa entre Sociedade Civil e Estado diluiu-se, senão desapareceu. A organização burocrática estatal passou a permear toda a sociedade, confundiu-se com ela.

Nos regimes capitalistas, entretanto, um processo semelhante, embora parcial, também vem ocorrendo. O capitalismo clássico, competitivo, foi substituído pelo capitalismo de estado ou capitalismo tecnoburocrático. O capitalismo continua o modo de produção dominante, mas o modo estatal ou tecnoburocrático de produção já se faz presente seja no grande Estado Regulador e Produtor, seja nas grandes empresas monopolistas cada vez mais burocráticas. Nessas formações a sociedade não se tornou estatal, mas aproximou-se disso.

O advento das sociedades tecnoburocráticas é, ao mesmo tempo, um avanço e um retrocesso em relação às sociedades capitalistas. É um avanço porque reflete um estágio mais elevado das forças produtivas e um eventual caminho para o socialismo. É um retrocesso porque vem sendo realizado quase às custas da redução e não do aperfeiçoamento das liberdades democráticas. Não há razão, entretanto, para acreditar que a tecnoburocracia e o estatismo sejam intrinsecamente autoritários. Seu autoritarismo geralmente relacionou-se com uma forte pressão por maiores taxas de crescimento econômico, exigindo taxas mais elevadas de acumulação de meios de produção. Isto ocorreu nos países estatais, em que a tecnoburocracia estabeleceu uma

aliança com os trabalhadores e eliminou a burguesia. Mas isto também ocorreu nos países capitalistas retardatários, onde a tecnoburocracia aliou-se à burguesia dominante para estabelecer regimes autoritários. Tanto em um tipo de formação social como no outro, entretanto, o autoritarismo poderá ser reduzido na medida em que, de um lado, seja possível paralisar o esforço para aumentar a taxa de acumulação de meios de produção, e de outro que as lutas dos trabalhadores em defesa da democracia ganhe força. Nos países capitalistas avançados, em que a taxa de acumulação atingiu um nível satisfatório, a democracia tem feito avanços. O mesmo poderá ocorrer nos países capitalistas subdesenvolvidos industrializados e nos países estatais. Os acontecimentos recentes em países como o Brasil e a Polônia, ou a tentativa de abertura na Tchecoslováquia no final dos anos sessenta, são uma indicação nesse sentido.

O certo, entretanto, é que nesses países capitalistas ou estatais, subdesenvolvidos ou desenvolvidos formaram-se sociedades tecnoburocráticas ou quase tecnoburocráticas. Em todos, em função do imperativo do desenvolvimento, das vantagens da coordenação estatal de grandes unidades produtivas, e da possibilidade de realizar poupança forçada, o estado assume funções decisivas na sociedade, e a tecnoburocracia, que também poderíamos chamar de burocracia ou de classe média empregada (inteiramente distinta, em termos de inserção nas relações de produção, da outra parte da camada ou estrato médio representada pela classe média proprietária, ou seja, pela pequena e média burguesia), transformou-se na nova classe, no novo e fundamental ator histórico do nosso tempo, já dominante nos países estatistas e participando da dominação dos países capitalistas de estado.

Neste livro deveremos, portanto, tentar entender esse novo fenômeno histórico que é a tecnoburocracia. De mero estamento, a serviço da classe dominante, escravista, feudal ou capitalistas, a burocracia vai se transformando em classe social na medida em que, ao mesmo tempo, ganha massa crítica, seu aumento quantitativo implicando um salto qualitativo, e que novas relações de produção se definem e tendem a se tornar dominantes no plano da história. Esta nova classe exerce em diversos níveis funções técnicas e administrativas de planejamento e coordenação nas grandes organizações burocráticas, públicas ou privadas, que caracterizam os sistemas econômicos contemporâneos.

Quando a organização burocrática se torna absolutamente dominante, eliminando o capital, ou seja, a propriedade privada dos meios de produção, ao invés do socialismo, temos o modo estatal ou tecnoburocrático de produção ou simplesmente o estatismo, em que a classe dominante é a tecnoburocracia e a classe dominada, os trabalhadores operativos. Observe-se que uso como sinônimas as expressões modo estatal e modo tecnoburocrático de produção, embora “estatal” e “tecnoburocrático” obviamente não sejam expressões equivalentes. A tecnoburocracia é uma classe sediada tanto no aparelho do estado, quanto nas

empresas privadas capitalistas que ainda existam. Emprego a expressão “estatal” para salientar, no novo modo de produção, em sua forma pura, o caráter estatal da nova relação e produção: a organização. De fato, a organização é a propriedade coletivamente assumida pela tecnoburocracia do Estado. Este, por sua vez, neste novo modo de produção, é a organização burocrática inclusiva que detém o controle de todos os meios de produção. Por outro lado, utilizo a expressão “tecnoburocrática” para me referir à nova classe dominante nas sociedades estatais ou tecnoburocráticas.

Neste novo modo de produção definem-se, portanto, novas relações de produção. Em substituição ao capital, que é a relação de produção específica do capitalismo, surge a organização, ou seja, a propriedade coletiva da organização burocrática pelos tecnoburocratas. A organização burocrática, por sua vez, é a proprietária dos meios de produção. Em substituição aos capitalistas temos a tecnoburocracia como a nova classe dominante. O mercado é substituído pelo plano. A apropriação do excedente não se realiza mais através do mecanismo da mais-valia, ou seja, através da troca de equivalentes no mercado, mas através do “lucro” estatal e dos altos ordenados. A União Soviética é uma formação social em que este modo de produção alcançou sua plenitude, frustrando as esperanças na sociedade sem classes, democráticas e autogestionária do socialismo. De um modo geral, todas as sociedades geralmente denominadas “socialistas” ou de “economia planificada”, independentemente de serem desenvolvidas ou subdesenvolvidas, são na realidade formações sociais predominantemente estatais, embora possam ter resquícios do capitalismo e traços do socialismo futuro.

Por outro lado, as sociedades geralmente denominadas capitalistas, como os Estados Unidos ou o Brasil, a França ou a Índia, são de fato formações sociais predominantemente capitalistas, mas crescentemente tecnoburocráticas. Nos países desenvolvidos os traços do estatismo se manifestam principalmente através do crescente controle pela tecnoburocracia das grandes empresas, que vão assumindo caráter multinacional. Nos países definidos pelo subdesenvolvimento industrializado, é o grande Estado produtor e regulador que marca decisivamente a emergência da tecnoburocracia. Nos dois casos, porém, a tecnoburocracia, ao mesmo tempo em que define e defende seus próprios interesses, nos quadros de uma ideologia tecnoburocrática eficientista, assume o papel de assessora da burguesia dominante. Estabelece-se, assim, entre a burguesia, que detém o capital, e a tecnoburocracia que se vai assenhoreando da organização, uma relação de cooperação e conflito. A burguesia detém, ainda que às vezes mais jurídica do que efetivamente, a propriedade de um fator ainda estratégico de produção, os meios materiais de produção, mas a tecnoburocracia detém o novo fator estratégico de produção, o conhecimento técnico e organizacional. A burguesia é ainda proprietária do capital, mas a tecnoburocracia controla cada vez mais a organização.

Durante séculos a burguesia e a aristocracia feudal cooperaram e entraram em conflito, até a vitória final da burguesia. O mesmo ocorre hoje entre a burguesia e a tecnoburocracia. A burguesia, dado o desenvolvimento das forças produtivas e a decorrente necessidade de coordenar a produção através de grandes organizações empresariais reguladas pelo Estado, estimula o crescimento da tecnoburocracia estatal e privada como condição da sua própria sobrevivência. É por isso que é correto afirmar que, nestas formações sociais, o processo de estatização, ou seja, o aumento da capacidade produtiva e regulatória do Estado ocorre para atender as necessidades da acumulação privada. Da mesma forma, ao nível das próprias empresas, o poder tecnoburocrático aumenta, os administradores ganham crescente autonomia, para garantir a expansão da empresa e a apropriação de mais-valia por capitalistas que se vão transformando em rentistas. Mas, nesse processo, a burguesia reproduz a experiência do aprendiz de feiticeiro e reafirma o processo dialético da história. É obrigado a criar as condições de sua própria destruição. Do capital nasce a organização que tende a substituí-lo na qualidade de relação de produção dominante.

Não se imagine, entretanto, que a dominação tecnoburocrática é inevitável. O desenvolvimento das forças produtivas, traduzido na definição do conhecimento técnico e organizacional como novo fator estratégico de produção, aponta nessa direção, mas considerá-la necessária seria cair no determinismo economicista. O homem, através da luta de classes, é cada vez mais senhor da própria história. O estatismo é um modo de produção mais avançado, tecnologicamente mais distante da comunidade primitiva, do que o capitalismo. Mas não é uma etapa necessária da história, como o próprio capitalismo não o foi para alguns países asiáticos e africanos, que passam quase diretamente de formações pré-capitalistas para o capitalismo ou o estatismo. É possível, portanto, imaginar muitas formas de transição para O socialismo autogestionário e democrático, em que a tecnoburocracia terá sempre um papel, mas não necessariamente o dominante.

A tecnoburocracia é uma classe que se esconde de si própria e das demais classes por diversas razões perfeitamente compreensíveis. Prefere denominar-se “classe média”, “nova classe média”, “camadas médias assalariadas” ou, então, ser identificada com os próprios trabalhadores manuais ou operativos engajados diretamente na produção. Nos países em que predomina o modo de produção estatal, recusa sua condição de classe, pretendendo identificar-se com os trabalhadores. Nos países predominantemente capitalistas, além de associar-se à burguesia, procura passar despercebida, para não ser alvo dos ataques dessa mesma burguesia amedrontada com o crescimento das grandes organizações e, particularmente, do grande Estado produtor e regulador moderno.

Por outro lado, embora os intelectuais de esquerda possam ter origem burguesa e mesmo proletária, são cada vez mais originários e membros da tecnoburocracia estatal ou, eventualmente, privada. Estes intelectuais tendem a negar seu caráter de

classe não apenas porque não se apercebem dos fatos históricos novos que determinaram a formação da nova classe, mas também porque assim podem conservar a crença na transição direta do capitalismo para o socialismo (e, portanto, a crença na passagem da dominação burguesa para a proletária), sem que haja a eventualidade de uma dominação estatal intermediária. Esta crença é especialmente conveniente para a esquerda autoritária, que assim justifica seu projeto de tomada ditatorial do poder, que seria realizada pelo proletariado e não pela tecnoburocracia. Mas ela existe também ao nível da esquerda democrática, na medida em que esta se vê diante do permanente conflito entre duas recusas: a recusa ao reformismo, que realmente se pode transformar em mero instrumento para a burguesia perpetuar-se no poder, e a recusa ao autoritarismo revolucionário. Nesse quadro já complexo, o surgimento de uma nova classe, da qual a esquerda democrática faz parte, dificulta extraordinariamente o raciocínio político. De um lado essa classe seria um obstáculo ao socialismo, na medida em que frustra as esperanças em uma transição rápida para esse modo de produção. De outro lado pode ser um caminho nessa direção, na medida em que o modo de produção estatal corresponde a uma etapa mais avançada, ainda que não necessária, do desenvolvimento das forças produtivas.

A esquerda democrática tende também a negar seu próprio caráter de classe enquanto fração da tecnoburocracia, na medida em que está sob influência da ideologia burguesa. Esta afirma categoricamente que a tecnoburocracia é necessária e intrinsecamente autoritária porque estatal. Os intelectuais de esquerda são atingidos pela ideologia burguesa hegemônica e, não querendo identificar-se com uma classe que teria essas características, acabam por negar a própria existência dessa classe.

Na verdade, não é possível pensar nas classes sociais em termos de vilões e heróis. Por isso, é inútil pensar na tecnoburocracia como o novo vilão da história, como uma classe necessariamente autoritária que frustrou as esperanças no socialismo. Isto é ser vítima da ideologia burguesa. É certo que não temos ainda a experiência histórica de sociedades que sejam predominantemente estatais e razoavelmente democráticas, mas é muito cedo para deduzir daí que o estatismo seja incompatível com a democracia. Ele é tão incompatível com a verdadeira democracia quanto o capitalismo, na medida em que só em uma sociedade sem classes e sem Estado, socialista e autogestionária, poder-se-á pensar em democracia plena.

Neste livro reúno meus principais trabalhos sobre a tecnoburocracia e o modo estatal de produção escritos até agora. A primeira parte reproduz o ensaio “A Emergência da Tecnoburocracia”, publicado originalmente em *Tecnoburocracia e contestação* (Petrópolis, Editora Vozes, 1972). Este trabalho constituiu-se na minha primeira intuição mais completa da emergência de uma nova classe, mas não logrei então definir teoricamente as novas relações de produção que se estavam definindo na história. Meus conhecimentos não só do problema, mas também do método histórico e dialético, provavelmente não eram ainda suficientes para chegar a esses resultados.

A conceituação precisa de um novo modo de produção só me foi possível em 1976. Ela aparece na segunda parte deste livro, constituída das “Notas introdutórias ao modo tecnoburocrático ou estatal de produção”, publicados em *Estudos CEBRAP*, n. 21, abr.-jun. 1977, e também como a primeira parte da primeira edição de *Estado e Subdesenvolvimento Industrializado* (São Paulo, Editora Brasiliense, 1977).

Este segundo ensaio, ao contrário do primeiro, despertou debates que aparecem na terceira parte do livro, com a devida autorização de seus autores. A primeira crítica, de José Arthur Giannotti, e minha resposta, “A partir da crítica”, saíram no mesmo número da revista que publicou o artigo original. Logo em seguida Luiz Antonio Oliveira Lima e Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo publicaram em *Temas*, n. 3 (São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1978), “Capitalismo e os limites da burocracia”, levando-me a responder imediatamente com “Lições do aprendiz de feiticeiro ou Tecnoburocracia e empresa monopolista”. Em face à recusa daquela revista de publicar a réplica, esta só foi publicada em *Estudos CEBRAP*, n. 27, 1980. A terceira parte termina com a conferência “Economia e administração: mercado e poder”, publicada originalmente em *Revista de Administração de Empresas*, v. 19, n. 4, out.-dez. 1979. Certamente, os debates permitiram-me avançar e aprofundar meu pensamento sobre o tema.

A quarta parte é constituída de um artigo que escrevi durante minha viagem a China e à URSS, em julho e agosto de 1979: “China e URSS: estatismo e socialismo”, publicado em *Cadernos de Opinião*, n. 15, dez. 1979/ago. 1980. É uma tentativa de aplicação dos conceitos teóricos desenvolvidos anteriormente para analisar aquelas duas formações estatais. As observações que fiz então me levaram a confirmar basicamente a teoria sobre a classe tecnoburocrática e o modo estatal de produção, embora exigissem algumas qualificações que registrei nesse artigo e que espero poder tratar mais genericamente em trabalho futuro. Não há dúvida sobre a existência de traços de socialismo nessas duas formações sociais.

Estes ensaios, que não sofreram qualquer alteração em relação às publicações originais, evidentemente não esgotam minha preocupação com o assunto, que direta ou indiretamente venho estudando desde meus primeiros trabalhos acadêmicos. Espero continuar aprofundando teoricamente o fenômeno do estatismo e da tecnoburocracia, ao mesmo tempo em que utilizo os conceitos teóricos desenvolvidos para analisar as formações sociais contemporâneas e particularmente a brasileira.

Estou convencido de que qualquer análise de caráter econômico, sociológico ou político das formações sociais atuais será cada vez mais difícil e insatisfatória sem a utilização dos conceitos teóricos aqui propostos. Estes conceitos partem de uma perspectiva marxista da história, mas não pretendem se ater a qualquer ortodoxia marxista. Esta ortodoxia, hoje já amplamente denunciada, é fruto de uma visão burocrática do processo de conhecimento, que contraria profundamente o pensamento

dialético e histórico de Marx. Marx não previu a emergência da tecnoburocracia e do modo estatal de produção provavelmente porque a realidade histórica em que viveu ainda não permitia essa previsão. A análise histórica, entretanto, deve sempre partir de fatos novos, que modifiquem estruturalmente as relações de poder nas sociedades. É a descoberta dos fatos novos, ao nível das forças produtivas e da luta de classes, que nos permitem compreender a evolução das relações de produção e, portanto, da própria história. Tenho usado sistematicamente esse método em meus trabalhos. Os fatos novos ocorridos neste século determinam o salto qualitativo representado pela emergência de uma nova classe e de um novo modo de produção. São esses fatos e suas conseqüências no plano da história que tento analisar neste livro, formulando as bases teóricas para a definição de uma nova relação de produção — a organização —, de uma nova classe a tecnoburocracia — e de um novo modo de produção — o estatismo.

Os trabalhos aqui publicados foram fruto de muita discussão e muito debate. Os agradecimentos aos participantes destes debates constam das edições originais, de forma que me furto de repetir seus nomes aqui. Quero apenas registrar meu agradecimento aos meus três debatedores formais, cujos trabalhos enriqueceram este volume. Todo conhecimento novo é crítico e só tem plenas condições de se desenvolver a partir da crítica.